

PPR quer limite para reeleições de parlamentar

Algumas teses polêmicas, como a limitação do número de reeleições para os parlamentares — de modo a evitar que a atividade se torne profissão —, foram apresentadas nas seis reuniões preparatórias para a revisão constitucional feitas pelo Partido Progressista Reformador (PPR, sucessor do PDS). Dia 10 de agosto acontece o último encontro sobre o assunto. A convenção está marcada para setembro.

A sugestão de limitar o número de mandatos parlamentares foi defendida pelo deputado Fetter Júnior (RS), presidente da fundação Milton Campos — entidade do PPR destinada a estudos e formação de quadros. Ele também propôs que o partido lute para tornar o vice-presidente apenas “substituto eventual”. No caso de vacância do cargo seriam feitas novas eleições.

O rumo dos debates indica que o PPR deverá defender, na reforma, o princípio da fidelidade partidária, o pluripartidarismo — sem multipartidarismo, o fim do segundo turno nas eleições — estadual e municipal. A legenda ainda está dividida quanto ao voto distrital, ao voto facultativo, às despesas eleitorais e a definição da improbidade administrativa. Foram destacadas como “prioritárias”, na futura revisão, “a adaptação da representação regional” na Câmara e a extinção da função revisora da Câmara e do Senado.

Sobre o capítulo da ordem econômica, os debates, coordenados pelos deputados Fernando Freire (RN), Roberto Campos (RJ) e Paulo Mandarino (GO), concluíram ser a revisão “tarefa impostergável, pois a Constituição tem inúmeros dispositivos que contribuem para o agravamento da situação econômica do País”.